

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES



20/11

DIA DA CONSCIÊNCIA

NEGRA

Página 3

BRADESCO

Coletivo Estadual debate valorização dos funcionários

O Coletivo Estadual do Bradesco, reunido no dia 9, na sede da FETEC-CUT/SP, debateu a retomada das ações alusivas à campanha de valorização dos funcionários. O objetivo é pressionar o banco a retomar as negociações em torno da minuta de reivindicações, a qual reúne, dentre outras, a melhoria das condições de trabalho; mais contratações; fim das metas abusivas e do assédio moral; melhor remuneração; avanços no convênio médico, auxílio educação; Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) justo, transparente e democrático.

A ideia é que as negociações, suspensas temporariamente por conta da Campanha Nacional da categoria, sejam retomadas o quanto antes a partir do debate sobre melhorias no convênio médico. Para esse ponto, os bancários do Bradesco reivindicam cobertura para atendimento psiquiátrico, psicológico e fonoaudiólogo.

Os dirigentes do Bradesco da base da FETEC-CUT/SP destacam a necessidade de se dar ampla divulgação à minuta, de forma a favorecer o envolvimento dos bancários nas atividades de mobilização.

Durante a reunião, os dirigentes avaliaram positivamente a participação dos bancários do Bradesco do estado de SP na Campanha Nacional 2011. "Neste ano, a participação cresceu, contribuindo assim para o sucesso do conjunto da categoria", afirmou Gheorge Vitti, coordenador do Coletivo Estadual do Bradesco e diretor do Sindicato dos Bancários do ABC.

Ponto eletrônico – Conforme a Portaria 373/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas que já possuam ponto eletrônico têm a possibilidade de adotarem sistema alternativo eletrônico de controle de jornada de trabalho, mediante autorização em Acordo Coletivo de Trabalho.

O tema já está em debate entre os representantes dos bancários e o Bradesco. Desde modo, os sindicatos realizarão assembleias para deliberação do acordo aditivo sobre a questão. No ABC a assembleia será no dia 18 de novembro, às 18h, na sede do Sindicato - Rua Cel. Francisco Amaro, 87 - Casa Branca - Santo André.

ITAÚ

Coletivo Estadual define pauta para encontro nacional

O Coletivo Estadual do Itaú Unibanco esteve reunido na sede da Federação dos Bancários - FETEC-CUT/SP, no dia 9, para debater sobre demissões, plano de saúde e PCR que serão temas do encontro nacional dos dirigentes, em dezembro.

A questão principal foi as demissões que estão atingindo alguns sindicatos da base da FETEC. Na reunião foi constatado a precarização da área operacional das agências, onde a falta de funcionários é visível, levando o gerente operacional (GO), tesoureiros e chefes de serviços das agências a realizar outra atribuição, como trabalhar no caixa. Isso é irregular, pois caracteriza acúmulo de função. "O banco implementou no Agir o tempo de trabalho do GO no caixa, isso não ajuda em nada, pois com a excessiva falta de funcionários, os gestores se sentem obrigados a atender no caixa, pois são cobrados também pelo Agir no tempo de fila. Isso é uma incoerência", disse Adma Gomes, diretora do Sindicato dos Bancários do ABC e funcionária do banco.

ABC - O Sindicato está fazendo um levantamento para saber onde está acontecendo essa situação para solucionar o problema. Também será feito um levantamento sobre os problemas das bases para que sejam encaminhados ao Comitê de Acompanhamento de Plano de Saúde (CAPS) e assim, abrir um canal de negociação com o Itaú.

PCR - Foi debatida a assinatura do próximo acordo, pois o atual, firmado por dois anos, se encerra em fevereiro. Para os dirigentes sindicais, a assinatura de um novo acordo de dois anos precisa ter uma PCR melhor do que a dos anos anteriores.

BANCO DO BRASIL

Coletivo Estadual debate Cassi, Previ e Economus

No dia 9, o Coletivo Estadual do BB esteve reunido com José Ricardo Sasseron, vice presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) e diretor eleito da Previ, na sede da FETEC-CUT/SP, em São Paulo, para debater sobre Cassi, Previ e Economus.

O debate principal foi em torno da discriminação que os incorporados estão sofrendo com a recusa da adesão destes aos planos de previdência Previ Futuro e da assistência médica da Cassi. Além da discriminação, existe a relevante preocupação quanto a manutenção plena da Cassi.

Desde agosto de 2011, começou a vigorar a Resolução Normativa 254 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que dispõe sobre adaptação e migração de contratos antigos, além da possibilidade de acatar novos associados, com o objetivo de dar maior segurança aos beneficiários. Os representantes dos trabalhadores defendem que a Cassi e o Economus realizem a devida adaptação, com urgência, à Lei 9656/98, prevista na RN 254. A decisão da Cassi em não aderir à RN acarretará na impossibilidade desta receber novos associados, diminuindo gradativamente, o número de sócios, tornando o plano cada vez mais caro e precarizando o atendimento com a consequente diminuição da rede credenciada.

"O impedimento de adesão a Cassi e Previ dos funcionários egressos da Nossa Caixa, perpetua a política do BB de manter relações discriminatórias entre os trabalhadores", disse Otoni Lima, diretor do Sindicato dos Bancários do ABC e funcionário do Banco.

Sasseron apresentou um comparativo entre os dois planos de previdência (Previ Futuro da Previ e Previ Mais do Economus) e dos dois planos de assistência médica (Cassi e Previ), onde detecta as vantagens de todo o funcionalismo estar no mesmo plano de previdência (Previ) e saúde (Cassi) e que o impacto financeiro para o banco torna-se irrisório, não fundamentando tamanha resistência para o atendimento destas reivindicações dos trabalhadores.

Os trabalhadores exigem que o banco leve para a mesa temática dados consistentes que possibilitem finalizar tais pendências.

SANTANDER

Santander reajusta plano médico em 8,77%

O Santander tem um canal de debates com os funcionários sobre questões de saúde, no entanto, mesmo com este Fórum constando no acordo aditivo com o banco, a instituição aumentou o plano médico em 8,77% sem ter feito nenhuma discussão prévia, ou seja, não utilizou esse canal para discutir com os bancários esse reajuste.

Segundo as entidades sindicais os empregados do Santander são co-participantes do plano, pois pagam parte dele e o Fórum de Saúde deve ser respeitado e o banco não pode simplesmente enviar comunicados de reajuste sem discussão. Os direitos dos bancários, como parte contratante, devem ser respeitados e situações como essa devem ser discutidas para que os empregados não sejam pegos de surpresa.

A assistência médica é feita pelo plano Saúde Bradesco, entretanto, os dirigentes sindicais defendem que a instituição deveria discutir a opção por um plano próprio, no qual os funcionários participassem da gestão.

O Fórum de Saúde, quando respeitado, rende frutos como, por exemplo, a reivindicação recentemente atendida onde os funcionários podem mudar de plano quando lhes convém. Segundo comunicado do Santander, a mudança de planos poderá ser feita entre 16/11 e 14/12, vigorando a partir de 1º de janeiro.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Cor de pele determina entrada no mercado de trabalho

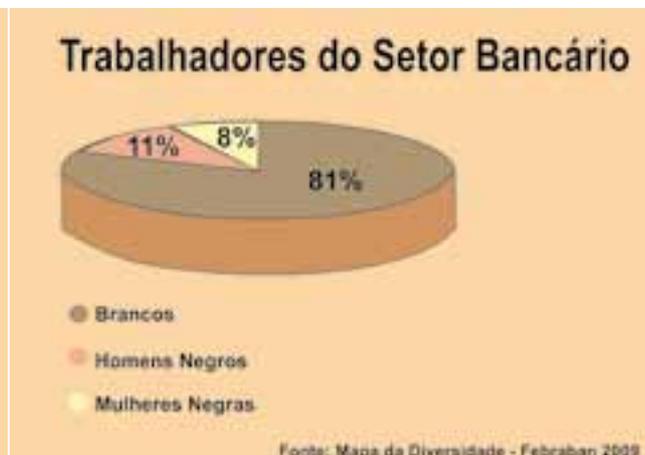
Um país onde a cor da pele serve de critério para ingressar no mercado de trabalho é um país onde o preconceito racial é explícito, mesmo prevalecendo ainda o mito da democracia racial. Esse país é o Brasil.

Estudo inédito dos economistas Fernando de Holanda Barbosa Filho e Samuel de Abreu Pessôa, do Ibre/FGV, baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2009, mostrou os fatores

determinantes para a entrada ou não no mercado de trabalho e entre eles a cor da pele foi o fator que mais pesou. O estudo reforçou e comprovou algo que pode ser visto claramente no mercado de trabalho e que é evidente no setor financeiro onde raramente encontramos os negros na linha de frente dos bancos.

Os negros e negras da População Economicamente Ativa (PEA) é de 37%. No mercado financeiro a PEA cai para 19% de vagas, segundo o Mapa da Diversidade elaborado, em 2009, pela Febraban, com ajuda da Contraf-CUT. Sendo desses 8% ocupado por mulheres negras, que em relação ao acesso ao mercado de trabalho é duplamente discriminada, soma o preconceito de gênero e raça.

Os trabalhadores negros que passam pelo critério cor de pele e ingressam



no mercado financeiro continuam suas lutas contra a desigualdade racial, pois são claramente excluídos da ascensão profissional. A participação da população negra em cargos de diretoria/superintendência nos bancos brasileiros é de apenas 4,8%, enquanto que em postos funcionais de 20,6%, conforme demonstrado no gráfico acima que exhibe a real situação de que a cor da pele é determinante, não somente no critério para admissão, mas também para ascensão profissional.

Quando a cor de pele é o fator fundamental para a contratação e ascensão profissional de uma pessoa e a sua formação acadêmica e experiência passa a ser um fator secundário é porque o Brasil ainda é um país em débito com a população negra e não conseguiu ainda resolver a questão da desigualdade no país.



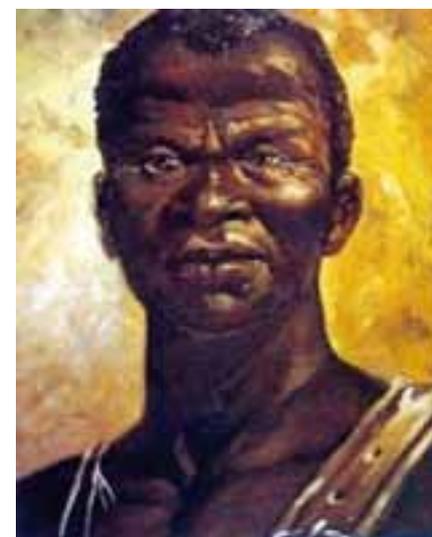
Fórum

A Contraf-CUT realiza o 1º Fórum Nacional sobre Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro, que acontece em 28 e 29 de novembro, em Salvador, Bahia. O Fórum tem por objetivo organizar e intensificar as ações no combate à discriminação racial nos bancos.

As inscrições estão abertas até o 18 de novembro e podem ser feitas pelo e-mail contrafcut@contrafcut.org.br.

Como surgiu

A comemoração do 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra surgiu na segunda metade dos anos 70, no contexto das lutas dos movimentos sociais contra o racismo. O dia homenageia Zumbi, símbolo da resistência negra no Brasil, morto em uma emboscada, no ano de 1695, após sucessivos ataques ao Quilombo de Palmares, em Alagoas. Desde 1995, Zumbi faz parte do panteão de Heróis da Pátria. O dia é dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira.



JURÍDICO

Sindicato abre Ação Coletiva para incorporação do CTVA

A Caixa e a Funcef decidiram em 2006 alterar a modalidade da previdência complementar para contribuição definida, criando o “Novo Plano”. Para isso fizeram um “saldamento”. No saldamento, a Caixa e Funcef elaboraram os cálculos do valor que a pessoa teria direito se tivesse se aposentando naquela data (agosto/2006).

Os empregados que optassem pelo Novo Plano, teriam que aderir à ele até o dia 31/08/2006. Contudo, a Caixa e a Funcef, ao elaborar os cálculos, deixaram de incluir a verba denominada CTVA (Complemento Temporário Variável de Ajuste). O CTVA era para ser uma verba variável, pois varia de acordo com o mercado de trabalho. A Caixa e a Funcef alegam que esta verba não poderia integrar a base de cálculo pois é variável. No entanto, os empregados que recebem sabem que ela não sofre variações, ao menos não constantemente.

Diante deste quadro, em todo o país começaram a surgir ações trabalhistas pedindo essas diferenças no Saldamento. O próprio Sindicato chegou a fazer algumas ações individuais, em geral de bancários que saíram da Caixa.

Em agosto, o Sindicato ingressou com uma ação de protesto para suspender o prazo prescricional para o bancário que quiser fazer a ação nos próximos anos. A Justiça concedeu a suspensão e os trabalhadores terão mais cinco anos para ingressar com a ação contra a Caixa e a Funcef. A ação de protesto contemplou todos os associados ativos do Sindicato até o dia 31/07/2011.

O Sindicato irá ingressar com uma ação coletiva, representando todos os trabalhadores sócios que estavam na ação de protesto, a fim de recompor o Saldamento com a verba CTVA. Se você tiver alguma dúvida ou precisar de mais informações, entre em contato com o Departamento Jurídico do Sindicato.

Santander é condenado a indenizar estagiário

O Sindicato dos Bancários do ABC ganha ação trabalhista contra o banco Santander que ignorou a Lei que assegura os direitos dos estagiários. Por aproximadamente dois anos, estagiário do Santander exerceu funções não equivalentes a sua.

O banco Santander agindo de má fé prejudicou explorou o seu aprendiz, além de não cumprir o artigo primeiro da Lei 6.494/77, que diz: “Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares”.

O juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da segunda região fundamentado nos artigos 9ª e 444 da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) anulou o contrato de estágio e reconheceu que houve uma relação contratual de emprego entre as partes. Determinando assim o pagamento dos direitos trabalhistas durante o período de estágio

Sindicato ganha ações na justiça contra a Caixa

No último mês o Sindicato conseguiu duas grandes vitórias na Justiça do Trabalho para dois trabalhadores que foram submetidos a apuração administrativa, envolvendo desvio de verbas por terceirizados da Caixa.

Na apuração administrativa, os empregados já estavam sendo cobrados pela dívida, mas a Justiça determinou a imediata suspensão da cobrança, dando procedência à ação dos trabalhadores.

Lamentavelmente situações como essa vem acontecendo com frequência. “Mais uma vez a terceirização indiscriminada se mostra um grande problema, além do excesso de trabalho e falta de pessoal que obriga os empregados a disponibilizarem o sistema a fim de que os terceiros auxiliem no trabalho interno do banco, disse Maria Rita Serrano, presidenta do Sindicato.”

Abaixo assinado para isenção do imposto de renda na PLR deve ser entregue até dia 18

Ainda dá tempo de você participar do abaixo-assinado que será encaminhado ao Congresso Nacional e ao Governo Federal para cobrar a isenção de Imposto de Renda na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) recebida pelos trabalhadores.

O baixo-assinado pode ser entregue aos diretores ou na sede do Sindicato dos Bancários do ABC, até 18 de novembro. Para obter uma cópia acesse o site www.bancariosabc.org.br e entre no menu serviços/documentos.

